



PARECER PRÉVIO Nº 6/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11402/2018.

Apensos: Processo nº 14005/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Anamã.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Francisco Nunes Bastos (Prefeito Municipal) e Raimundo Pinheiro da Silva (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Giovana da Silva Almeida – OAB/AM 12.197, Antônio das Chagas Ferreira Batista – OAB/AM 4177, Patrícia Gomes de Abreu – OAB/AM 4447, Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos – OAB/AM 8446, Adrimar Freitas de Siqueira – OAB/AM 8243, Eurismar Matos da Silva – OAB/AM 9221 e Ênia Jessica da Silva Garcia - OAB/AM 10416

7- Unidade Técnica: DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 544/2021-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Anamã. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.
Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** das contas da Prefeitura Municipal de Anamã, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do Senhor **Francisco Nunes Bastos**, Prefeito do Município de Anamã e Ordenador de Despesas, no período de 01/01/2017 a 02/04/2017, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, e



PARECER PRÉVIO Nº 6/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997.

10.2. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas da Prefeitura Municipal de Anamã, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do Senhor **Raimundo Pinheiro da Silva**, Prefeito do Município de Anamã e Ordenador de Despesas, no período de 03/04/2017 a 31/12/2017, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997.

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 14 de Abril de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 6/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11402/2018.

Apensos: Processo nº 14005/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Anamã.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Francisco Nunes Bastos (Prefeito Municipal) e Raimundo Pinheiro da Silva (Ordenador de Despesa).

15- Advogado: Giovana da Silva Almeida – OAB/AM 12197, Antônio das Chagas Ferreira Batista – OAB/AM 4177, Patrícia Gomes de Abreu – OAB/AM 4447, Fabricia Taliéle Cardoso dos Santos – OAB/AM 8446, Adrimar Freitas de Siqueira – OAB/AM 8243, Eurismar Matos da Silva – OAB/AM 9221 e Ênia Jessica da Silva Garcia - OAB/AM 10416

6- Unidade Técnica: DICOP.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 544/2021-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Anamã. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Quitação.
Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Anamã, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do Senhor **Francisco Nunes Bastos**, Prefeito do Município de Anamã e Ordenador de Despesas, no período de 01/01/2017 a 02/04/2017, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

9.2. Dar quitação ao Senhor **Francisco Nunes Bastos**, Prefeito do Município de Anamã e Ordenador de Despesas, no período de 01/01/2017 a 02/04/2017, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.



ACÓRDÃO Nº 6/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

9.3. Julgar irregular a Prestação de Contas do Prefeito do Município de Anamã, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do Senhor **Raimundo Pinheiro da Silva**, Prefeito do Município de Anamã e Ordenador de Despesas, no período de 03/04/2017 a 31/12/2017, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”.

9.4. Aplicar Multa ao Senhor **Raimundo Pinheiro da Silva**, Prefeito do Município de Anamã e Ordenador de Despesas, no período de 03/04/2017 a 31/12/2017, no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no artigo 54, incisos II e III da Lei Orgânica do TCE/AM nº 2.423/1996 c/c o artigo 308, VI da Resolução TCE/AM nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades remanescentes de saneamento listadas na Fundamentação do Relatório/Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** (artigo 174 do RITCE) para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

9.5. Considerar em Alcance o Senhor **Raimundo Pinheiro da Silva**, Prefeito do Município de Anamã e Ordenador de Despesas, no período de 03/04/2017 a 31/12/2017, no valor de **R\$ 1.035.893,76** (um milhão, trinta e cinco mil, oitocentos e noventa e três reais e setenta e seis centavos), com fulcro no artigo 304, inciso VI da Resolução nº. 04/2002-RITCE/AM,



ACÓRDÃO Nº 6/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, em razão dos débitos demonstrados pela DICOP e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Anamã, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.

9.6. Determinar à ORIGEM que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

- 10.6.1.** Ausência de Portaria designando os responsáveis pela fiscalização do contrato, ou documento equivalente (Art 58, III; Art. 67 a 70 e 112 da Lei 8666/93);
- 10.6.2.** Ausência de Nota de Empenho e as respectivas ordens de pagamentos, (arts. 58, 60 e 61 da Lei 4320/64; caput do art. 62; art. 62, §§ 2º e 8º da Lei 8666/93; art. 9º da LRF 101/00), além das Ausência Notas Fiscais emitidas pelo contratado (art. 65 da Lei 4320/64);
- 10.6.3.** Ausência de Registros fotográficos da obra/serviço, durante a execução (Art. 2, inciso II, alínea i da Resolução Normativa n.º 27/2012 do TCE/AM);
- 10.6.4.** Apresentar Documentos de registro de Obras (ART ou RRT do responsável técnico para a execução da obra/serviço de engenharia perante o CREA ou CAU (arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal N.º6.496/77 c/c o arts. 1º, 2º e 3º da Resolução N.º425/98 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA); Apresentar Documentos de registro de Obras (ART ou RRT do responsável técnico para a fiscalização da obra/serviço de engenharia perante o CREA ou CAU (arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal N.º6.496/77 c/c o arts. 1º, 2º e 3º da Resolução N.º425/98 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA);
- 10.6.5.** Ausência de apresentação de Boletins de medição e/ou reajustes ou Laudo de vistoria, emitido pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços ou dos fornecimentos dos itens/materiais



ACÓRDÃO Nº 6/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

- adquiridos (art. 67, § 1º da Lei 8666/93);
- 10.6.6.** Ausência de Projeto Básico válido, tais como documentos de ordem técnica subscritos por profissional legalmente habilitado, com menção ao título profissional, nome e registro no CREA, conforme disposição dos arts. 13 e 14 da Lei 5.194/66 c/c o art. 1º da resolução nº 282/83 CONFEA. Não foi apresentado Memorial descritivo e/ou caderno de encargos (art. 6º, IX, “c” c/c o art. 7º, § 2º, II da Lei 8666/93), Especificações Técnicas (art. 6º, IX, “c” c/c o art. 7º, § 2º, II e art. 40, § 2º, IV da Lei 8666/93), Orçamento Sintético - Planilha Orçamentária (art. 6º, IX, “f” c/c art. 40, § 2º, II da lei 8666/93), além de Projetos Arquitetônicos e complementares, desenhos, etc. (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I da lei 8666/93);
- 10.6.7.** Ausência de Processo Licitatório: não apresentação de Documentos de Habilitação das empresas participantes (art. 37, IV e XII c/c os arts. 27 a 31 da Lei 8666/93); Documentos de Propostas de Preços das empresas participantes (art. 37, IV e XII da Lei 8666/93); Ata de Reunião da Comissão de Licitação para recebimento, exame e julgamento dos documentos de Habilitação e Propostas de Preços (art. 38, V; art. 43, IV e § 1º da Lei da Lei 8666/93); Publicações dos Termos de Homologação e Adjudicação (art. 38, inc. VII c/c art. 43, VI da Lei 8666/93);
- 10.6.8.** Ausência de Termo de Contrato, e Termos Aditivos de Contrato (caso houver) e respectivas Publicações, devidamente assinados conforme o caso (art. 60; art. 61, § único; art. 62 da Lei 8666/93);
- 10.6.9.** Ausência de envio de remessas ao sistema e -Contas (GEFIS) referentes aos seis bimestres do RREO, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Resolução 15/13 c/c a 24/13;
- 10.6.10.** Ausência de envio de remessas ao sistema e -Contas (GEFIS) referentes ao 1º e 2º bimestres do Relatório de Gestão Fiscal, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Lei Estadual 2.423/96 c/c Resoluções 15 e 24/13;
- 10.6.11.** Pelo envio do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino sem as informações necessárias para execução de cálculos do Limite Mínimo de Gastos com Remuneração do Magistério;
- 10.6.12.** Ausência de divulgação em meio eletrônico de acesso público (Portal da Transparência encontra -se



ACÓRDÃO Nº 6/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

desatualizado), em consulta realizada em 27/04/18, das informações exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Acesso à Informação, em especial quanto às receitas, despesas, processos licitatórios, Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal;

- 10.6.13.** Justificar a respeito temporal exigido no art. 29, inciso VI da CR/88e no art. 124, parágrafo 1º da Constituição do Estado do Amazonas, constatou -se que a Lei nº 276/2017, datada de 17/10/2016, não está em harmonia com o texto constitucional, pois não foi confeccionada, em período anterior às eleições, estando portanto, em dissonância com o art. 1º, parágrafo 3º da Resolução nº 19/2012 -TCE/AM, no que tange a fixação dos subsídios do Prefeito e Vice Prefeito;
- 10.6.14.** Inexistência de Serviço de Informação ao Cidadão, com instalações físicas de atendimento aos interessados, em descumprimento aos ditames da Lei nº. 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação quanto à implantação e manutenção dos Portais de Transparências;
- 10.6.15.** Inexistência de Procuradoria Jurídica no Município, com rol de Procuradores e a natureza do vínculo laboral, em descumprimento ao que emana os art. 37 incisos II e art. 132 da CF/88;
- 10.6.16.** Inexistência no quadro de servidores municipal de Engenheiro Civil habilitado junto ao conselho de classe (CREA), descumprindo os ditames da Lei Federal 5194/66;
- 10.6.17.** Inexistência na Administração Municipal do cargo de Fiscal de Tributos Municipal, para que o mesmo possa exercer a atividade de cobrança de tais tributos, tais como, impostos, taxas;
- 10.6.18.** Ausência de representante da Administração especialmente designado para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos e seus aditivos, assim como de preposto, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato e, conseqüentemente, de relatórios de fiscalização, assim como do responsável pela liquidação dos bens e serviços adquiridos, como é possível verificar nas licitações apresentadas ao ACP (arts. 67 e 68 da Lei 8.666/93);
- 10.6.19.** Descumprimento dos ditames da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453/2013, no que tange a Organização, Estruturação e funcionamento do Conselho



ACÓRDÃO Nº 6/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

Municipal de Saúde;

- 10.6.20.** Não foi constatado in loco a implantação das medidas e ações com vista a atender os termos do Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005/2014), bem como, não foi apresentado o Plano de Educação do Município aprovado em Lei;
- 10.6.21.** Ausência do Termo de Referência, para propiciar a avaliação do custo pela administração diante do orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilha de acordo com o preço do mercado, cronograma, físico - financeiro, deveres do contratado e do contratante, procedimento de fiscalização e gerenciamento do contrato, contrariando o disposto no art. 9º, I e II, Inciso 2º e art. 30 II, do Decreto nº 5.450/05;
- 10.6.22.** Ausência do Projeto Básico e Dotação orçamentária em desacordo com o que prevê o art. 38, e Parágrafo único da Lei nº a aprovação pela autoridade competente do termo de Referência, conforme o art. 9º, II, do Decreto 5.450/05;
- 10.6.23.** Os anexos do Edital não constam do processo (Termo de Referência, Modelo de Proposta de Preço, e Modelo de Carta de Credenciamento), contrariando o art. 38 da Lei nº 8.666/93 e art. 4º, III da Lei nº 10.520/02;
- 10.6.24.** O Edital não estabelece a previsão de quantidades, em desacordo com o art. 7º, Inciso 4º da Lei nº 8.666/93;
- 10.6.25.** Ausência da portaria de nomeação do servidor para fiscalizar a execução do contrato, conforme estabelecido na Cláusula 7º do Termo de Contrato de Prestação de Serviços e art. 67, da Lei nº 8.666/93;
- 10.6.26.** Ausência de comprovação da publicação resumida do instrumento do contrato na imprensa oficial, conforme art. 61, Inciso Único, da Lei nº 8.666/93;
- 10.6.27.** Ausência da compatibilidade dos valores praticados no mercado, através de avaliação prévia das seguintes locações de imóveis praticadas pela Prefeitura de Anamá;
- 10.6.28.** Ausência dos comprovantes de regularidade fiscal dos concorrentes na carta convite em epígrafe;
- 10.6.29.** Ausência de abertura de processo administrativo, no qual deveria ser autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva e ainda indicação da fonte de recurso no qual ocorreria a despesa, contrariando ao que determina o art. 38 da Lei n. 8666.1993;
- 10.6.30.** Ausência do ato de designação da comissão de licitação



ACÓRDÃO Nº 6/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

responsável pelo convite, contrariando ao inciso III do art. 38 da Lei n. 8666.1993;

- 10.6.31.** Ausência das rubricas dos licitantes participantes e da Comissão de Licitação em todos os documentos no qual pedem tal solicitação, contrariando ao disposto no § 2º do art. 43 da Lei n.º8666.1993;
- 10.6.32.** No que tange a UBS fluvial Dr. Oswaldo Palhares que se encontra na sede do município, constatou -se total descaso com a unidade, uma vez que esta se encontra completamente abandonada e em desuso, havendo explicitamente violação aos princípios da eficiência e moralidade estampados no art. 37, caput da CF/88 bem como do interesse público conforme disposto no art. 2º da lei 9784/99. Ressalta -se ainda que tal conduta, nos moldes da segunda parte do art. 10, inciso X da lei 8429/92 preceitua que a negligência, no que diz respeito à conservação de bens públicos, constitui ato de improbidade administrativa;
- 10.6.33.** Existência de funcionários temporários e comissionados, para desempenhar funções relacionadas a atribuições de Cargos Efetivos, que exige o Concurso Público, excetuado o pessoal contratado para atender demanda originada de programas federais, em desacordo com o Artigo 37, da CF/1988;
- 10.6.34.** Atas de Audiências Públicas realizadas até o final de maio, setembro e fevereiro, conforme determina o art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000);
- 10.6.35.** Ausência do Demonstrativo Mensal do quantitativo de servidores admitidos no exercício a que se refere a prestação de contas, informando a forma de provimento e o número e data do ofício de encaminhamento do processo de admissão ao TCEAM;
- 10.6.36.** Ausência do anexo incompatível com a estrutura do RRO - Anexo 12, demonstrativo das receitas e despesas com serviços públicos de saúde, especificando o percentual aplicado anualmente;
- 10.6.37.** Ausência anexo incompatível com quadro demonstrativo - Anexo II Demonstrativo anual das despesas aplicadas com manutenção e desenvolvimento do ensino detalhado por função, sub função e programa, em nível de projeto/atividade, elemento de despesa e fonte de recursos, com a indicação individualizada dos casos previstos nos



ACÓRDÃO Nº 6/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

incisos do art. 70 da Lei Federal nº 9.394/96; (Anexo I - Res.11/2012);

- 10.6.38.** Ausência do ofício que encaminhou as Contas Anuais para o Poder Executivo do Estado e da União, contrariando o que determina o disposto no art. 51, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000;
- 10.6.39.** Desatualização do Portal de Transparência com rol dos servidores envolvidos na alimentação do site, em descumprimento aos ditames da Lei nº 12.527/2011 -Lei de acesso à informação quanto à implantação e manutenção dos Portais de Transparências;
- 10.6.40.** Inexigibilidade de Licitação para contratação de consultoria e assessoria jurídica, objetivando a recuperação e incremento dos repasses de Royalties feito pela ANP, cuja beneficiária é a empresa Cordeiro, Laranjeiras e Maia Advogados;
- 10.6.41.** Ausência do Termo de Referência Dispensa de Licitação nº 05/2017, objetivando a aquisição de cestas básicas, em favor da empresa JRNS Comércio de Produtos Alimentícios Ltda., no valor de R\$ 167.909,84;
- 10.6.42.** Abandono de microônibus destinados a merenda escolar no pátio da Prefeitura Municipal de Anamá, sem que a administração tenha adotado nenhuma medida para recuperá-los, em detrimento ao interesse público, ou seja, os bens públicos estão virando sucata;
- 10.6.43.** Despesas com ajuda financeira para tratamento de saúde, fora do Município, conforme quadro abaixo, sem Parecer do Serviço Social, contrariando o Princípio da Impessoalidade, Formalidade e Motivação;
- 10.6.44.** Justificar o aluguel de uma casa para o comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar em Anamá, uma vez que o referido militar recebe auxílio moradia, Dispensa de licitação nº 09/2017, de 30.11.2017, até porque a Prefeitura Municipal de Apuí já paga o aluguel de uma outra casa que serve de apoio para os militares;
- 10.6.45.** Justificar as despesas relacionadas com a contratação para a área de saúde, sem amparo legal, de médicos, bioquímicos, odontólogos, farmacêuticos, psicólogos e assistentes sociais;
- 10.6.46.** Ausência da pesquisa de preços no mercado, em cumprimento ao art. 40, § 2º, II e art. 43, IV, da Lei nº 8.666/1993;
- 10.6.47.** Ausência da demonstração mais vantajosa da adesão, em



ACÓRDÃO Nº 6/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 6/2021 – TCE – Tribunal Pleno)

detrimento da realização de um novo procedimento licitatório, em cumprimento ao art. 22, do Decreto Federal nº 7.892/13;

10.6.48. Ausência de sistema de controle de registro do patrimônio, responsável por identificar o objeto, número de tombamento, setor onde se encontra o material/bem, bem como a ausência de departamento ou servidor responsável pela guarda, descumprindo o previsto no artigo 94, da Lei 4.320/64;

10.6.49. Ausência de Relatório de Viagem, comprovantes de deslocamento e ainda comprovantes de comparecimento no evento que ensejou a referida diária;

10.6.50. Ausência de repasse de Contribuição Previdenciária no exercício de 2017, fato que contraria o art. 40 da CF/88 que versa acerca do equilíbrio financeiro e atuarial, bem como impossibilita os servidores vinculados aos órgãos exercerem o seu direito constitucional de aposentar-se;

9.7. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

10- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de Abril de 2021.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral